



Juntas por um Brasil legal.

Trabalhando para integrar, simplificar e legalizar.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA



DIA 25/06/2009 (Quinta Feira)

Início: 20:20h – Término: 21:20h

COMPOSIÇÃO DA MESA

Dr. Roberto Requião de Mello e Silva	Governador do Estado do Paraná
Julio Maito Filho	Presidente da ANPREJ e da Junta Comercial do Paraná
Jaime Herzog	Diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio
Dr. Manoel Lucena dos Santos	Ministério da Previdência Social
Valdir Pietrobon	Presidente da FENACON - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
Jeferson Nogaroli	Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/PR
João Altair Caetano dos Santos	Vice Presidente da ANPREJ e Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, representando os demais presidentes.



Juntas por um Brasil legal.

Trabalhando para integrar, simplificar e legalizar.

Pronunciamentos

Julio Maito Filho	Presidente da ANPREJ e da Junta Comercial do Paraná
Jaime da Silva Herzog	Diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio
Roberto Requião de Mello e Silva	Governador do Estado do Paraná

Agência Estadual de Notícias - Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS **Requião participa de Encontro Nacional de Presidentes de Juntas Comerciais**

O governador Roberto Requião participou, na noite desta quinta-feira (25), do encontro nacional de Juntas Comerciais, em Foz do Iguaçu. Na abertura, Requião destacou as ações do governo do Estado para o enfrentamento da crise econômica mundial e indicou medidas que podem ser tomadas pelos governos. “Estamos amarrando as coisas, e isso não significa amarrar o desenvolvimento mas demonstrar que temos um governo vinculado ao nosso povo”, afirmou.

Requião se referia à isenção ou redução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as micro e pequenas empresas, que fazem com que o Paraná bata recordes de geração de empregos; ao aumento do piso regional, o maior do Brasil, que está entre R\$ 605 e R\$ 630, aumentando o poder aquisitivo do trabalhador; aos investimentos públicos; e às políticas voltadas à geração de empregos, como a lei estadual que vincula os incentivos fiscais ou benefícios concedidos pelo Estado à manutenção de empregos.

Outros programas também foram destacados por Requião, como a baixa tarifa de água cobrada pela Sanepar; a isenção da tarifa de energia elétrica da Copel para famílias pobres; o desconto no valor da energia usada entre as 21 e 6 horas pelos trabalhadores do campo; e o fortalecimento da agricultura. “Os agricultores são avalizados pelo governo do Estado e estamos aumentando a produção, além do investimento em técnica e tecnologia para produção, como no desenvolvimento de sementes”, disse o governador.

“Nós somos acomodados. Só diante de uma crise nós pensamos, engendramos e propomos soluções. A crise se estabelece, sofremos os efeitos e temos que pensar em soluções, mudar as regras do mercado”, acrescentou Requião. Desta forma, o governador sugere juros baixos,



Juntas por um Brasil legal.

Trabalhando para integrar, simplificar e legalizar.

investimentos públicos, salários altos e financiamentos. “O oxigênio de uma sociedade capitalista é o financiamento. Sem isso, o movimento comercial e industrial é paralisado. Nós temos o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil lubrificando o caminho da formação e da subsistência do capitalismo brasileiro”, argumentou.

Requião destacou ainda que os resultados das políticas adotadas no Paraná podem ser verificados, por exemplo, nos índices da produção industrial: Minas Gerais teve decréscimo de aproximadamente 24%, São Paulo, de 15%, enquanto o Paraná teve queda de apenas 1,4%. Os dados são do IBGE, referentes ao primeiro quadrimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2008. “Isto se deve a uma compreensão antecipada (do Paraná) do que estava ocorrendo no mundo e a algumas medidas tomadas pela equipe de governo”, disse.

MEI – Neste momento de crise, a nova legislação federal, Micro Empreendedor Individual (MEI), que entra em vigor no dia 1º de julho em todo o país, foi destacada como medida estratégica pelo presidente da Junta Comercial do Paraná, Julio Maito Filho. O MEI busca tirar da informalidade 10 milhões de brasileiros, segundo estimativa do IBGE, como artesãos, ambulantes e catadores de papel. “A legalização facilita o acesso a créditos bancários, por exemplo, para que essas pessoas possam crescer e ser, no futuro, microempresários”, disse. Segundo Maito, no Paraná o IBGE aponta 500 mil pessoas na informalidade, que devem ser regularizadas em até três anos.

Um dos reflexos da nova lei é o aumento da renda dos trabalhadores, conforme destacou o presidente do Sebrae/PR, Jéferson Nogaroli. “Um jovem que compra chocolates para vender no semáforo, por exemplo. Como ele não tem acesso a crédito, vai ao atacadista e compra R\$ 100 em produtos pela manhã para pagar à tarde. Se ele tivesse o dinheiro, pagaria R\$ 90. Isso será resolvido porque o MEI vai permitir que a pessoa tenha um CNPJ, abra uma conta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil e, portanto, tenha acesso ao microcrédito”, explicou.

Para o diretor-geral do Departamento Nacional de Registro do Comércio, Jaime Herzog, o MEI é uma medida importante para trazer ao mercado formal uma série de pessoas que contribuem para a economia do país, mas sem qualquer “cidadania empresarial”. “A partir deste registro, elas poderão dar os primeiros passos para tornarem-se empresários bem sucedidos”, comentou. Ele explicou que se enquadram no programa as pessoas com faturamento de até R\$ 3 mil por mês, que pagarão no máximo R\$ 60 em taxas. “É um imposto muito pequeno se considerarmos o faturamento mensal, além dos vários benefícios, como aposentadoria e auxílio-doença, e do fato de que elas serão efetivamente consideradas pelo governo como trabalhadoras”, avaliou Herzog.

Juntas por um Brasil legal.

Trabalhando para integrar, simplificar e legalizar.

Outros temas também serão debatidos no evento, como a regulamentação para leiloeiros, utilização do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), com mais de 17 milhões de empresas em seu banco de dados, a integração pelo sistema operacional das Juntas Comerciais com o SiarcoWeb e as definições de operação dos Livros Mercantis Digitais, que fazem parte do Sistema Público de Escritura Digital Contábil da Receita Federal do Brasil. O encontro termina nesta sexta-feira (26).

Fotos da publicação:

